



Instituto
de Relações
Internacionais



PUC
RIO

PET

Guia da Geração Cidadã de Dados no Rio de Janeiro



Débora Rodrigues do Amaral Silva
Renan Guimarães Canellas de Oliveira
Rubens Americano Alves de Brito Araujo
Uliana Teixeira Dias Costa

NÚCLEO DE PESQUISA EM REFÚGIO & DESENVOLVIMENTO (NPR&D)

O Núcleo de Pesquisa em Refúgio & Desenvolvimento (NPR&D) convergiu as linhas de pesquisa do Programa Tutorial de Ensino (PET) do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio.

Financiado pelo Ministério da Educação (PET) e pela PUC/Rio (TEPP), o Programa de Educação Tutorial do IRI foi criado para promover a formação em pesquisa. Tem como foco a atuação do Brasil na ampla área de desenvolvimento internacional, com especial atenção para a interseção entre políticas públicas e Relações Internacionais nos amplos campos de mobilidade, desenvolvimento e direitos humanos.

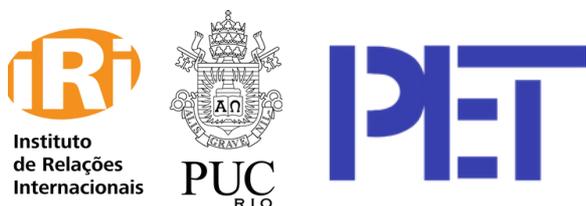
O "Guia da Geração Cidadã de Dados no Rio de Janeiro" é fruto do valioso apoio das bolsas PET e TEPP, além do apoio institucional da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e do Instituto de Relações Internacionais (IRI).

Mais informações em www.pet-iri.com

Tel.: 3527-1557.

Rua Marquês de São Vicente, 225
Vila dos Diretórios, Casa 20, Gávea
Rio de Janeiro – RJ, Brasil
CEP: 22451-900

O PET do IRI/PUC-Rio foi estabelecido em 2013.



COMO CITAR:

SILVA, D.; OLIVEIRA, R.; ARAUJO, R.; COSTA, U.
Guia da Geração Cidadã de Dados no Rio de Janeiro, 2023.

DIAGRAMAÇÃO:

Renan Guimarães Canellas de Oliveira

**Guia da Geração Cidadã de Dados
no Rio de Janeiro**

SUMÁRIO

01

Introdução

02

Metodologia

03

O que é a Geração Cidadã de Dados?

04

Por trás da GCD: Conceitos adjacentes

4.1 Dataficação

4.2 Data literacy

4.3 Colonialismo de dados

05

Mapeamento de organizações que usam o termo GCD

5.1 LabJaca;

5.2 data_labe;

5.3 Visão Coop

5.4 Fogo Cruzado

06

Mapeamento de organizações que não usam o termo GCD

6.1 Redes da Maré;

6.2 Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial (DMJR);

6.3 Coletivo Papo Reto

6.4 Movimentos: Drogas, Juventude e Favelas

6.5 Observatório de Favelas

07

O alunato de RI da PUC-Rio entende o que é GCD?

08

Conclusão

09

Referências

Introdução

Geração Cidadã de Dados (GCD) é tanto um conceito como uma prática (GIZ e GLOBAL PARTNERSHIP, 2020). Tendo em vista uma maior demanda por respostas e informações particularizadas, observamos maior visibilidade de organizações que respondem a essas demandas (LÄMMERHIT et.al, 2018). Isto porque a prática da GCD representa um esforço necessário para produção de conhecimentos que traduzem a realidade de determinado grupo social. A GCD constitui tanto uma prática contextualizada de geração de informações por uma comunidade da sociedade civil, quanto de um conceito que se torna uma plataforma de atuação para as organizações. No entanto, o conceito não surge antes da autoria/prática, legitimando as organizações, mas é um processo contínuo e praticado por estas, ganhando sentido e autoridade conforme agem.

Considerando a crescente visibilidade do conceito, este Topic Guide tem o intuito de apresentar as dimensões prática e conceitual da GCD no contexto da cidade do Rio de Janeiro. Procura-se entender até que ponto o uso do conceito "GCD" permitiu, ou não, um tipo específico de atuação por parte de organizações - das quais serão discutidas em seções subsequentes - no que tange a forma com que produzem e monitoram dados sobre diversos problemas que afligem as periferias do Rio de Janeiro. Tendo em vista que nem todas as organizações que produzem dados a partir da participação social utilizam do conceito "GCD" explicitamente na maneira com que definem sua atuação, torna-se de igual relevância apresentar organizações que operam sob uma mesma lógica de produção de conhecimento de "baixo para cima". Ou seja, tem-se neste breve Topic Guide o intuito fundamental de mapear as principais organizações que utilizam o conceito "GCD" e as que não o fazem mas que ainda assim seguem uma estratégia similar de atuação.

Metodologia

Para a produção deste guia, foram utilizadas, sobretudo, duas metodologias para diferentes seções. As seções 3, 4, 5 e 6, que consistem, primeiro, na definição de GCD, na definição e discussão de conceitos adjacentes e no mapeamento de organizações que utilizam ou não o conceito de GCD foram resultado do uso de pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, para elaborar as seções supracitadas, foram coletadas diversas fontes secundárias e terciárias para trazer, a partir das informações contidas nessas fontes, as definições de conceitos chave como GCD e outros adjacentes e para mapear as atividades das organizações discutidas neste Guia. Com relação ao mapeamento, grande parte das fontes utilizadas para trazer essas informações se encontram nos sites oficiais dessas organizações, incluindo suas metodologias, suas áreas de atuação, parceiros e os impactos que produzem. A seção 7, que busca entender se o alunato de Relações Internacionais da PUC-Rio compreende o que é GCD, fez uso de um questionário, circulado através dos canais oficiais de comunicação do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio em formulário. A maneira com que o questionário foi formulado e as conclusões que foram extraídas estão delineadas em maiores detalhes na seção 7 deste guia.

Não obstante, o recorte local dado a este guia se atenta ao Rio de Janeiro, uma vez que a região metropolitana é marcada por uma realidade social extremamente complexa, o que possibilita uma rica análise empírica e teórica acerca da Geração Cidadã de Dados. Além disso, os autores deste guia são, diariamente, transversalizados por essa realidade fluminense, o que, certamente, trouxe motivação para a escrita deste documento.

A realidade nas áreas marginalizadas do Rio de Janeiro, como o Complexo da Maré, a Baixada Fluminense e o Jacarezinho, foram abordadas neste guia. As organizações aqui tratadas buscam combater problemas latentes destas regiões, como a injustiça ambiental, climática, informacional, a violência urbana, o abuso policial e o racismo. Nesse sentido, a ação dessas organizações são centrais para a construção de uma sociedade plena de direitos.

O que é a Geração Cidadã de Dados?

Geração Cidadã de Dados (GCD) diz respeito a “dados que pessoas ou suas organizações produzem para diretamente monitorar, demandar ou trazer mudanças em relação aos problemas que lhes acometem” (DATASHIFT apud.VIJAYAKUMAR, 2020, p.9, tradução nossa)¹. GCD, nesse sentido, surge como um ponto de bifurcação e ao mesmo tempo complementação aos dados produzidos por organizações e agências governamentais (GIZ e GLOBAL PARTNERSHIP, 2020). Ainda, a GCD é uma forte ferramenta de incidência sobre a realidade que não necessariamente se dá pelo diálogo com o Estado. No entanto, a GCD pode ser uma forte aliada do governo em uma diversidade de problemáticas a serem resolvidas. Como colocado por Choosing e Engaging (2018), a GCD pode ser um forte aliado do governo frente a uma diversidade de problemas, atuando de inúmeras maneiras para auxiliar na solução de diferentes desafios sociais. Por exemplo, governos podem engajar com a GCD em projetos que visam educar, gerar informações, definir políticas públicas, orientar serviços e intervenções, dentre diversas outras possibilidades de complementaridade (CHOOSING AND ENGAGING, 2018). A GCD, dessa forma, auxilia a cobrir possíveis lacunas que agências oficiais e governamentais de geração de dados não têm acesso diretamente, enriquecendo e analisando dados já existentes (JUNGCURT, 2022).

Contudo, como mencionado previamente, GCD nem sempre age em complementaridade com o governo. GCD, como consta na definição mencionada, serve também para monitorar as atividades dessas agências governamentais (GIZ e GLOBAL PARTNERSHIP, 2020; LÄMMERHIT et.al, 2018). O monitoramento, entretanto, não existe somente para fiscalizar as atividades dessas agências, mas para também, como no caso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cobrar certas práticas governamentais ou auxiliar, fornecendo, compilando, ou estruturando um conjunto de dados para o cumprimento das diversas metas associadas aos 17 ODS (LÄMMERHIT et.al, 2018). Nesse sentido, as organizações que usam GCD ao monitorarem diversas frentes de produção de dados e produzindo seus próprios, podem contribuir para esta atividade de diversas maneiras.

¹ Citação original: “[d]ata that people or their organizations produce to directly monitor, demand or drive change on issues that affect them”.

A GCD atua tanto de maneira analógica, indo ao local de extração de dados e utilizando métodos de coleta tradicionais, quanto de maneira digital, por exemplo, por meio de sensores e outras tecnologias de coleta. Assim, a GCD abarca um conjunto de métodos, comunidades atuantes, tipos particulares de problemas associados a esses métodos e maneiras de complementaridade ou monitoramento de agências governamentais de geração de dados (CHOOSING AND ENGAGING, 2018). Ou seja, o conceito associado a GCD é importante para orientar a atividade cidadã de geração de dados, tendo em vista que engloba práticas e problemas em sua própria definição, guiando a ação das organizações, o que deixa claro a importância do conceito.

Não obstante, a relevância da GCD para a política de dados está tanto na sua capacidade de gerar informações mais particularizadas e precisas, quanto na possibilidade de dar voz a uma parcela significativa da população que é invisibilizada (CHOOSING AND ENGAGING, 2018; JUNG CURT, 2022). Tem, assim, o papel fundamental de reduzir as marginalizações que podem ocorrer e de problemas que por muitas vezes são invisibilizados. Como mostra Jungcurt (2022), a “United Nations University Institute on Computing and Society” define cinco formas de marginalização que excluem certos grupos da coleta de dados por outras organizações - disponível na tabela abaixo - e, conseqüentemente, das políticas públicas que se baseiam nesses dados.

A participação da sociedade civil na geração de dados que minimizem exclusões e marginalizações se torna fundamental diante de diversas demandas e, sobretudo, em relação a pautas de desenvolvimento sustentável como as ODS (LÄMMERHIT et.al, 2018). Além disso, para além da produção e monitoramento de dados, a GCD também traz luz à importância de quais narrativas estão em disputa quando dados são usados como interpretações da realidade. Ainda, para entender de maneira mais compreensiva as formas de apagamento e a maneira com que a GCD pode reduzi-las, é imprescindível discutir alguns outros conceitos que iluminam de maneira mais clara esses problemas.

Tabela 01: Tipos de Vozes Marginalizadas

<p>VOZES DESCONHECIDAS</p>	<p>Grupos populacionais desconhecidos pelas instituições que coletam os dados. Esses grupos incluem comunidades isoladas e intocadas; pessoas escravizadas nos dias de hoje, como vítimas de trabalho forçado, tráfico humano e escravos sexuais; e indivíduos que se escondem porque são imigrantes ilegais, com medo de perder assistência ou envolvidos em atividades criminosas.</p>
<p>VOZES SILENCIOSAS</p>	<p>Pessoas incapazes de participar da coleta de dados ou de outras atividades através das quais suas preocupações possam ser ouvidas. Embora seu bem-estar possa objetivamente ser documentado, sua experiência vivida permanece oculta. Vozes silenciosas incluem pessoas que são “fracas e vulneráveis” devido ao status socioeconômico ou à velhice, pessoas com deficiência e crianças.</p>
<p>VOZES SILENCIADAS</p>	<p>Grupos populacionais que são marginalizados por causa de normas sociais, valores sociais e práticas sociais. As informações sobre seu bem-estar estão sendo suprimidas por meios estruturais, como perguntas e categorias ausentes em questionários ou exclusão ativa da vida social. As vozes abafadas incluem membros da comunidade LGBTQS2S+, mulheres, grupos estigmatizados que enfrentam preconceito e racismo e trabalhadores migrantes e refugiados de baixa qualificação.</p>
<p>VOZES NÃO OUVIDAS</p>	<p>Grupos populacionais que são excluídos em abordagens de amostragem e esforços de coleta de dados porque são difíceis de alcançar ou inconvenientes de envolver. Vozes não ouvidas incluem pessoas analfabetas, sem endereço permanente, sem conexão digital, com limitações de idioma ou que não participam de atividades usadas para gerar dados, como uso de celular, transações bancárias ou preenchimento de declarações fiscais.</p>
<p>VOZES IGNORADAS</p>	<p>Indivíduos cujas preocupações não são consideradas devido a deficiência de métodos estatísticos, como viés de agregação ou falácia ecológica - assumindo que as correlações no nível agregado são verdadeiras para os indivíduos - fazendo com que o bem-estar desses indivíduos seja desconsiderado ou deturpado.</p>

Fonte: IISD, tradução nossa.

Por trás da GCD: Conceitos adjacentes

Essa seção busca entender como a abordagem da GCD se conecta com uma vasta literatura de política de dados crítica e como os conceitos de “dataficação”, “data literacy” e “colonialismo de dados” se fazem importantes para o debate em torno da GCD.

Dataficação

A dataficação é um seguimento da fase de digitalização e do crescimento da cultura digital, que começou nos anos 1950, e consistia em traduzir a vida em dados digitais rastreáveis, analisáveis, quantificáveis e performativos (LEMOS, 2021), como por exemplo transformar um livro impresso em um e-book ou medir quantos passos uma pessoa dá por dia por meio de um smartwatch. Nesse sentido, a dataficação permite que toda e qualquer ação seja convertida em dados digitais, produzindo diagnósticos e inferências (LEMOS, 2021). Com isso, a dataficação é a tendência de que a ação humana seja compreendida e interpretada cada vez mais por meio de dados.

Dessa forma, ao transformar as ações em dados quantificáveis e digitalizá-la, é possível criar projeções de cenários futuros a partir desses dados. À vista disso, a dataficação é mais do que a conversão de um objeto analógico em digital, é a modificação de ações, conhecimentos e comportamentos a partir da performance dos dados elaborada por sistemas de inteligência algorítmica (LEMOS, 2021), ou seja, exerce influência que exerce na vida das pessoas e tem capacidade para prever e moldar suas ações. É uma análise dinâmica a partir de dados e metadados comportamentais, não é apenas a digitalização de um livro, por exemplo, mas é acompanhar o tempo que leva para lê-lo, escrevê-lo, quantas vezes foi citado e quais partes chamaram mais a atenção dos leitores.

Logo, é possível entender a dataficação como a conversão de qualquer forma de expressão, seja reflexos, sentimentos ou intenções, em dados operacionalizáveis, e isso se dá a partir de uma coleta extensiva de informações visando gerar previsões e influenciar os atores (LEMOS, 2021). Isso, por sua vez, reforça lógicas de controle, monitoramento/vigilância e coleta de dados pessoais. Além disso, a dataficação ganha força com a

sociedade de plataformas e a cultura dos aplicativos, transformando diversas instâncias de interação humana em dados (LEMOS, 2021). Sendo assim, a dataficação reduz a complexidade da vida a dados (SEGATA e RIFIOTIS, 2021).

No entanto, o uso dessas plataformas, que operam na lógica da dataficação, podem ser positivas, pois têm a capacidade de monitorar e gerar dados, que dão poder não só ao Estado ou empresas privadas, mas também para a sociedade civil como um todo, quando ela conhece e entende a funcionalidade. Um bom exemplo seria a ação do Cocôzap, grupo dentro do Data Labe que visa monitorar e mapear o saneamento básico do Complexo da Maré, por meio de fotos e dados enviados pelos próprios moradores, a partir da rede social Whatsapp. Dessa forma, a produção de dados e a operacionalidade deles entra de acordo com os interesses da comunidade e se torna uma ferramenta fundamental para a fiscalização e a cobrança de políticas públicas e respostas do poder público.

Data literacy

Data literacy, ou alfabetização de dados, diz respeito à habilidade de produzir e interpretar dados - conseguir acessar, analisar, usar e argumentar acerca de dados em diferentes campos. Tendo em vista o aceleração dos processos de dataficação, torna-se cada vez mais importante que as pessoas consigam manejar dados, uma vez que isso faz delas menos reféns das próprias dinâmicas que acontecem no mundo virtual, como as fake news, manipulação algorítmica e bots. De acordo com VentureBeat, data literacy vai ser a nova habilidade mais importante do século XXI (VentureBeat, 2014 apud GRAY; GERLITZ; BOUNEGRU, 2018).

A grande questão em torno da data literacy está ligada à democratização do acesso aos dados e à integração da sociedade nesse processo. Isso porque o termo pode ser entendido também como competências de uma indústria extrativista e transformativa, em que os dados são operacionalizados, extraíndo deles valor. A informação, nesse sentido, é vista apenas como um recurso. Gray, Gerlitz e Bounegru (2018), nesse âmbito, advocam pelo envolvimento do público em torno das infraestruturas de dataficação, numa tentativa de mitigar, ou ao menos diminuir, os impactos dessa indústria extrativista. E, nesse sentido, a alfabetização de dados está intimamente ligada à Geração Cidadã de Dados justamente por essa

abordagem ser o vetor de conexão possível entre as infraestruturas de datatificação e a sociedade civil.

Colonialismo de dados

O conceito colonialismo de dados, em sua forma mais branda, significa “um processo político e econômico de imbricação entre capitalismo e colonialismo que, em vez de utilizar recursos naturais e trabalho, têm se apropriado da vida humana por meio de sua conversão de dados” (COULDRY, MEJÍAS apud FERREIRA, 2021). Em outras palavras, as informações e preferências pessoais dos usuários são utilizadas como fonte de lucro para grandes corporações do Norte Global. Além disso, influenciam as preferências da população ao disponibilizar conteúdos e temáticas segundo os interesses das grandes corporações. Consequentemente, estas minam possibilidades de resistência, autoconhecimento e incidência autônoma por meio dos laços de dependência. Nesse sentido, esta colonialidade de dados conota novas formas de dependência do Sul sob o Norte, isto devido às plataformas digitais, sendo estas um modelo de negócio baseado em um capitalismo de vigilância (FERREIRA, 2021). Capitalismo de vigilância pode ser compreendido pelo fenômeno no qual as plataformas sociais possuem livre acesso às emoções e preferências pessoais através do uso de algoritmos (ZUBOFF, 2021). Esta prática, portanto, torna as subjetividades humanas mercadorias.

Nessa perspectiva, os usuários de Instagram e Facebook, por exemplo, estão sujeitos a serem moldados por interesses de poder econômico, junto com a lógica do capitalismo de vigilância (FERREIRA, 2021). Deste modo, é impossível a fuga deste sistema econômico que visa a modulação de comportamentos via algoritmos a fim de tornar vidas humanas produtos comercializados. Esta é, portanto, a nova etapa do colonialismo: o colonialismo de dados.

Historicamente, há uma assimetria de poder entre os países do Norte global e do Sul global. Isso se dá pela lógica colonizadora que mantém os países subdesenvolvidos dependentes dos países desenvolvidos. Assim como os antigos colonizadores que criaram o seu próprio discurso sobre desenvolvimento, este discurso é operado nos dias atuais sobre o Sul global, criando um “subdesenvolvimento fabricado, uma produção de necessidade e

dependência de suas tecnologias”.

Nesse sentido, como cita Nina Jankowicz (2019) alguns países fora da América do Norte e Europa Ocidental são inteiramente dependentes das plataformas digitais como o Facebook e o Instagram. Na verdade, algumas populações - especialmente as mais pobres - entendem que a internet se resume ao Facebook. Podemos analisar esta dependência fabricada a partir das práticas de zero-rating ou acesso patrocinado. Neste caso, algumas operadoras oferecem acesso a serviços gratuitos de internet para a utilização de algumas plataformas digitais algoritmizadas, aumentando a dependência dos usuários às plataformas. Isso se torna um problema ao analisarmos como esta dependência influencia as opiniões e tomadas de decisão dos cidadãos, podendo haver bolhas de informações que induzem a população ao erro, como as fake news. Além disso, devido ao algoritmo presente nestas plataformas, é fácil ter acesso a informações pessoais do usuário.

Mapeamento de organizações que usam o termo GCD

Essa seção se dedica a apresentar as principais organizações do Rio de Janeiro que fazem uso da abordagem da Geração Cidadã de Dados, suas principais atividades e contribuições para a sociedade.

LabJaca

O LabJaca é um laboratório de pesquisa, formação e produção de dados e narrativas sobre favelas e periferias, atuando em Jacarezinho e Manguinhos, zona norte do Rio de Janeiro. A organização surgiu durante a pandemia de COVID-19, com a campanha do “Jaca contra o Corona” que atendeu 3.000 famílias em vulnerabilidade social na região, sabendo que os dados oficiais não condiziam com a realidade do território.

Atualmente, a organização tem como foco traçar ações que representam as reais demandas da comunidade e acompanhar o desenvolvimento local, propondo meios para a inversão do cenário atual nos temas de racismo climático e ambiental e segurança pública. Para isso, o LabJaca faz uso da Geração Cidadã de Dados, realizada em parceria com os moradores e outras instituições.

Um exemplo da GCD no caso do LabJaca é a pesquisa “Como Anda a Luz no Jacarezinho?”, que fez um levantamento de dados na favela do Jacarezinho sobre a percepção dos moradores a respeito da distribuição e do acesso à energia elétrica (SOUSA e NASCIMENTO, 2021). Outro exemplo diz respeito ao boletim “Dengue no Jacarezinho 2022”, estudo realizado em parceria com o Info Dengue, o qual explorou a relação entre dengue e favela, especialmente no contexto da pandemia da Covid-19. A pesquisa teve como um importante achado o de que 61% das pessoas entrevistadas não tiveram ou não lembram de alguma política de combate à dengue na área em que vivem nos 3 meses anteriores à entrevista (LabJaca, 2022). Esses estudos demonstram a versatilidade e abrangência de temas nos quais a GCD pode contribuir.

data_labe

O data_labe é “uma organização de mídia e pesquisa com sede na favela da Maré – Rio de Janeiro, cujo núcleo de seus projetos é tratar de um imaginário construído sobre a cidade e seus habitantes” (data_labe, 2022). O laboratório se tornou uma associação autônoma e sem fins lucrativos em 2018, mas foi idealizado já em 2016, a partir de uma parceria do Observatório de Favelas com a Escola de Dados. Localizado na Favela da Maré, o data_labe trabalha com jornalismo, informação, monitoramento e a GCD (data_labe, 2022). Ao longo dos anos, produziram podcasts, reportagens, pesquisas, mapeamentos, oficinas, campanhas e eventos que buscam levar as narrativas dissonantes e diversas para endossar o teor democrático da sociedade (data_labe, 2022). Nesse sentido, tem como foco os grupos sub representados e a potência que eles, assim como as favelas, têm nos campos cultural, social e científico.

Um dos projetos do data_labe, o Cocôzap consiste na denúncia e no mapeamento da ausência de saneamento básico na comunidade da Maré, buscando revelar a participação cidadã neste processo (COCÔZAP, 2022). O Cocôzap, em parceria com a Casa Fluminense e a Redes de Desenvolvimento da Maré, constrói, através de um número do WhatsApp, um canal para denúncia, debate e proposição sobre saneamento básico, abastecimento de água e coleta de lixo na Maré (COCÔZAP, 2022). A metodologia utilizada pelo Cocôzap é relativamente simples: um número de Whatsapp recebe denúncias de moradores da Maré, através de fotos, vídeos e relatos, sobre lixo e esgoto sem tratamento adequado de modo a localizar e iluminar os desafios de um cotidiano de desigualdades em termos de acesso a serviços públicos (COCÔZAP, 2022). A partir da criação de uma base de dados, contendo esses relatos individuais dos próprios moradores, a iniciativa do Cocôzap visa pressionar autoridades oficiais e gerar um diálogo entre os próprios moradores para propor políticas públicas mais responsivas às demandas particularizadas.

O data_labe, portanto, através das suas próprias atividades e em parcerias com outras organizações, tem a intenção de construir uma base de informações que possam ser utilizadas para orientar lutas cotidianas do Complexo da Maré, assim como disponibilizar ferramentas que auxiliem a

população local a reivindicar direitos e condições melhores de vida.

Dessa forma, o data_labe, fazendo menção explícita ao conceito GCD, está em alinhamento com as práticas contidas no conceito.

Imagem 01: Entrega da Carta de Saneamento da Maré, produzida pelo cocôzap, à Marina Silva, durante a COP 27, em Sharm El Sheikh, Egito.



Visão Coop

A Visão Coop, formada em 2020 em Queimados, na Baixada Fluminense, visa levantar dados e trabalhar em conjunto com o poder público para melhorar o saneamento básico da região e, assim, evitar enchentes que assolam bairros como Santa Rosa, por exemplo (ROSÁRIO; LIMA, 2022). No entanto, o laboratório de tecnologias sociais e de dados, Visão Coop, não se limita apenas à Queimados, já trabalhando em conjunto com outras organizações, como na coalizão “O Clima é de Mudança”, que visa debater temas como o Racismo Ambiental e a necessidade de preservar o meio ambiente e seus impactos principais nas comunidades do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, a Visão trabalha em áreas como justiça climática, cultura e tecnologias. Uma de suas contribuições para essas áreas foi a Agenda Queimados 2030, que foca nas necessidades locais dos moradores. Não obstante, ainda trabalharam ajudando a digitalizar e dinamizar as filas dos postos de saúde do município de Queimados e desenvolveram o XBOOM, um projeto voltado para alfabetização digital de jovens através dos jogos (ROSÁRIO; LIMA, 2022).

Ainda, com o intuito de realizar diagnósticos e promover soluções para sua localidade, a Visão Coop, ajudou ainda a prototipar e estruturar bancos de dados, possuindo dados sobre a Baixada Fluminense que auxiliem em seu maior desenvolvimento enquanto território (Papo na Laje, 2022).

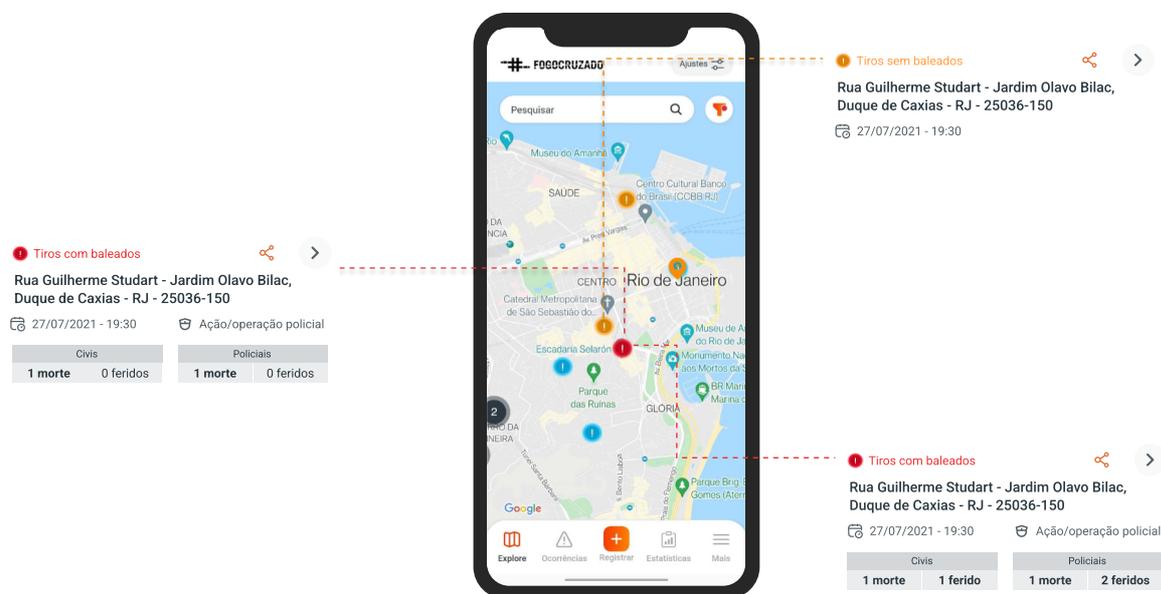
Fogo Cruzado

A partir da ausência de dados encontrados sobre tiroteios na cidade do Rio de Janeiro, o Fogo Cruzado foi idealizado para, através do uso de tecnologias abertas e colaborativas, enfrentar a violência armada, gerando dados a partir da sociedade civil acerca dos tiroteios e enviando alertas.

O projeto, que é feito para a sociedade e depende dela para dar certo, visa tornar as cidades mais seguras, promover a transformação social e, acima de tudo, salvar vidas. Dessa forma, a GCD que sustenta a organização, promove dados abertos e gratuitos, a partir do entendimento de que a segurança é um direito de todos, resultando no maior banco de dados sobre violência armada da América Latina.

Atualmente o grupo atua no Rio de Janeiro e em Salvador, pois são os lugares com maior índice de violência armada, no entanto, visa expandir sua atuação para demais localizações.

Imagem 02: Aplicativo "Fogo Cruzado"



Mapeando além do termo: organizações que praticam GCD

Essa seção tem por objetivo apresentar outras organizações que, apesar de atuarem de forma semelhante às listadas na seção acima, não fazem uso - explícito - do termo "Geração Cidadã de Dados" ao descreverem seu modo de atuação. Ainda assim, queremos compreender como seus métodos se relacionam com GCD, e como nomeiam essas formas de intervenção.

Redes da Maré

Redes da Maré é uma organização da sociedade civil, fruto da mobilização comunitária a partir dos anos 80, nas favelas da Maré. Foi formalizada em 2007 e tem como missão tecer as redes necessárias para efetivar os direitos da população do conjunto de 16 favelas da Maré, onde residem mais de 140 mil pessoas.

A organização busca o reconhecimento dos moradores do complexo da Maré, das instituições da sociedade civil e dos órgãos do poder público como uma organização que promove o desenvolvimento sustentável da região a partir da mobilização e do protagonismo da população local. (Redes da Maré, 2022)

Diversos dos trabalhos produzidos pela Redes da Maré se dão a partir da lógica da GCD, como por exemplo o Censo Populacional da Maré de 2019, que buscou produzir conhecimentos sobre o cotidiano das favelas da Maré, que contou com a mobilização e participação de moradores locais em todas as fases do projeto. Ou seja: "não foi mera ação vertical de especialistas pesquisando acerca da vida de moradores e moradoras da Maré, mas um trabalho conjunto de pessoas - em grande parte, oriundas desse próprio território engajadas no processo de transformação da realidade local" (Redes da Maré, 2019). No entanto, não foi verificado nas publicações o termo "Geração Cidadã de Dados", bem como não foi observado uma nomenclatura bem definida.

Rede de Observatórios da Segurança

A Rede de Observatórios da Segurança reúne os esforços de um conjunto de instituições acadêmicas e da sociedade civil da Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo (Rede de Observatório da Segurança, 2022). Com sete organizações espalhadas pelos sete estados acima citados, as atividades, conectadas, dessas organizações têm o intuito de “monitorar e difundir informações sobre segurança pública, violência e direitos humanos” (Rede de Observatório da Segurança, A Rede, 2022). Conjuntamente, essas organizações acompanham políticas públicas de segurança, fenômenos de violência e criminalidade nos estados em que atuam.

A Rede faz uso de uma metodologia inspirada no Observatório da Intervenção, projeto do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) que monitorou as ações das Forças Armadas no Rio de Janeiro durante a intervenção federal em 2018. Acompanha 16 indicadores, além dos dados oficiais e orçamentos governamentais que são apresentados ao público em relatórios, infográficos, seminários e encontros (Rede de Observatório da Segurança, A Rede, 2022). As organizações que compõem a rede são Iniciativa Negra Por Uma Nova Política de Drogas, da Bahia; Laboratório de Estudos da Violência (LEV), do Ceará; Rede de Estudos Periférico (REP), do Maranhão; Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), de Pernambuco; Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens (NUPEC), do Piauí; Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP), de São Paulo (Rede de Observatório da Segurança, A Rede, 2022).

A metodologia aplicada pela Rede é de fundamental importância para se mapear uma atuação associada ao conceito “GCD”. Muito embora esse conceito não seja diretamente citado pela organização, “produção cidadã de dados” é, na seção de metodologia do site da organização (Rede de Observatório da Segurança, Metodologia, 2022). Como consequência, dentre as diversas atividades desempenhadas pela organização, algumas, para os fins deste trabalho, tornam-se de maior relevância: a criação de diálogo com diversas camadas da sociedade civil - ativista, acadêmica e afetada por diversas instâncias de violência -; o monitoramento, análise e

acompanhamento de dados fornecidos pelos governos estaduais e outras organizações acerca de roubos, latrocínios, homicídios, dentre outros; e a produção de dados, utilizando de diversas fontes de cunho nacional ou regional, digital - como redes sociais e jornais eletrônicos - e de outras organizações da sociedades civil, para confrontá-los e armazená-los em um grande banco de dados (Rede de Observatório da Segurança, Metodologia, 2022). Ou seja, o trabalho que a Rede produz assemelha-se muito ao que o “conceito - prática” GCD se propõe, praticamente em todas as dimensões.

A contribuição da rede para o Rio de Janeiro e para os demais estados em que atua está associada às práticas de produção e monitoramento de dados já existentes (Rede de Observatório da Segurança, Rio de Janeiro, 2022).

Imagem 03: Relatórios produzidos pela Rede de Observatórios da Segurança



Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial (DMJR)

Localizada na Baixada Fluminense, a DMJR foi criada com o intuito de enfrentar a violência do Estado. A organização busca debater, examinar, questionar e analisar a Segurança Pública na área da Baixada Fluminense, a partir da centralidade no racismo e do enfrentamento aos privilégios da branquitude (DMJR, 2020).

A Organização tem como foco analisar como a estrutura racista do Estado reflete em genocídios para populações negras periféricas. Desta maneira, a DMJR procura desenvolver políticas de segurança pública pautadas na vida, na garantia do direito à memória para vítimas e familiares da violência estatal reivindicando por justiça racial (DMJR, 2020). Os eixos de atuação vinculados à instituição são formação e mobilização, incidência política, memória e produção de dados.

A DMJR produz o “Boletim DMJR”, o qual sistematiza dados da violência na Baixada Fluminense. Entre os anos de 2020 a 2022 destacam-se a produção “Guerra aos Pretos – Relatório sobre Drogas e Armas na Baixada Fluminense de 2022”, os boletins em relação aos feminicídios, que são realizados anualmente, boletins em relação à segurança pública em tempos de Covid-19 e também boletins relacionados à violência letal na Baixada Fluminense. A equipe do DMJR é composta por uma equipe de diferentes campos dos saberes (DMJR, 2020). Não foi observado o uso da nomenclatura GCD para a criação de dados, contudo se observa o uso da construção de “contra narrativas”, com enfoque em vozes negras, periféricas e faveladas para a produção e sistematização de dados.

Imagem 04: Relatórios produzidos pela Iniciativa
Direito à Memória e Justiça Racial



Coletivo Papo Reto

O Coletivo Papo Reto, que nasceu em 2014, é formado por jovens ativistas moradores dos Complexos do Alemão e da Penha, no Rio de Janeiro. O Coletivo busca “fortalecer a favela” por meio de narrativas que mostram o lado da comunidade, ao invés do que é vinculado nas grandes mídias, que muitas vezes delimita o foco em questões negativas, como a violência. Nesse sentido, esses jovens propõem soluções para os problemas das comunidades, expõem os lados positivos da favela e mobilizam diversas ações dentro do Complexo do Alemão (Coletivo Papo Reto). Dessa forma, o principal objetivo do Coletivo é pautar os direitos humanos em diferentes frentes de atuação usando a arte, a educação, a cultura e a comunicação como ferramentas.

Nesse sentido, o grupo entende a importância da comunicação independente como uma ferramenta para mostrar que as comunidades não são lugares que geram problemas de segurança pública somente, mas que têm potência cultural, educacional e social. Com isso, a partir do extenso conhecimento do território, os jovens conseguem desenvolver parcerias com diversas organizações nacionais e internacionais, como a Anistia Internacional, e promover o ponto de vista dos moradores sobre o local onde vivem e retomar uma narrativa que lhes foi tirada pela estruturação preconceituosa do senso comum, muitas vezes apoiado pelo mainstream da mídia brasileira, que muitas vezes aponta a favela somente como lugar de produção de violência e criminalidade.

Isto posto, atuam criando conteúdos audiovisuais para registrar a violência e as mortes causadas em ações policiais dentro dessas comunidades e denunciar o abuso de poder cometido pelo Estado do Rio de Janeiro. Também, em parceria com a Witness, que é uma organização internacional sem fins lucrativos que capacita e ajuda pessoas a usarem o vídeo na luta por direitos humanos (WITNESS), o Coletivo criou um aplicativo que permite gravar áudios, tirar fotos, obter a localização geográfica e outros metadados para identificar quando e onde a foto foi tirada, podendo, assim, provar o abuso de poder da polícia dentro da comunidade. Ainda, trabalham em conjunto com outras favelas de São Paulo e do Rio de Janeiro para que

estas criem seus grupos de comunicação independentes e que consigam implementar uma resistência à “Guerra às Drogas” como temos atualmente onde esse tópico possa ser tratado sem o uso de armas e violência. No mais, o Coletivo possui uma estrutura com espaço para aulas e reuniões que permite ampliar as ações no campo dos direitos humanos, educação e cidadania. Apesar de se encaixarem na definição de Geração Cidadã de Dados, eles não usam essa nomenclatura.

Movimentos: Drogas, Juventude e Favelas

O grupo “Movimentos: Drogas, juventude, favelas” é composto por jovens moradores de favelas do Rio de Janeiro. O objetivo da organização é mostrar a questão das drogas a partir de quem é impactado diretamente pela política anti-drogas atual do país. Além disso, destacam a importância de pensar saneamento básico, educação e saúde e reconhecem o papel de atores como grupos religiosos e culturais para conscientizar as pessoas para diminuir a violência gerada pela guerra às drogas nessas localidades. Em 2019 foi criada a Casa Movimentos, que desenvolve diversas atividades no eixo de comunicação, capacitação de jovens e difusão do debate em escolas por meio do programa Diálogos.

A principal contribuição do grupo foi a cartilha “Movimentos sobre política de drogas”, lançada em 2017 e que deixa claro o caráter da organização. A Cartilha demonstra como no Brasil, a ferramenta para lidar com as drogas ilícitas é a guerra, que tem a favela como campo de batalha. No entanto, no debate sobre drogas, a voz da comunidade é constantemente silenciada e, exatamente por isso, o grupo lança essa cartilha, para retomar uma narrativa que lhes pertence. Nesse sentido, apontam dados que mostram como as drogas que mais causam problemas de saúde são as legalizadas, enquanto que as drogas ilegais se mantêm, dentro outras razões, enquanto justificativa para a ação da polícia nas favelas, que acaba matando mais que o uso de drogas em si. Por isso, defendem uma nova política para lidar com as drogas e um maior engajamento da juventude periférica nos debates. Também, por mais que se encaixem na definição da Geração Cidadã de Dados, não usam a nomenclatura quando descrevem suas ações.

Observatório de Favelas

A organização, fundada em 2001, tem como objetivo produzir conhecimento e metodologias que possam contribuir para a formação de políticas públicas sobre as favelas e periferias e promover o direito à cidade. O Observatório de Favelas, sediado no Conjunto de Favelas da Maré, entende a importância da produção e da difusão de conhecimentos, da mobilização e da articulação para um maior debate público e qualidade política.

Nesse sentido, a organização da sociedade civil observa as questões da cidade a partir das favelas e periferias, propondo modos diversos de intervenção e de construção políticas que possam ser mais inclusivas com os grupos que são deixados à margem. Isto posto, a busca pela superação das desigualdades, do fortalecimento da democracia e da afirmação do lugar da favela como um ponto de riqueza cultural, social e de capacidade construtiva para a sociedade são seus principais objetivos.

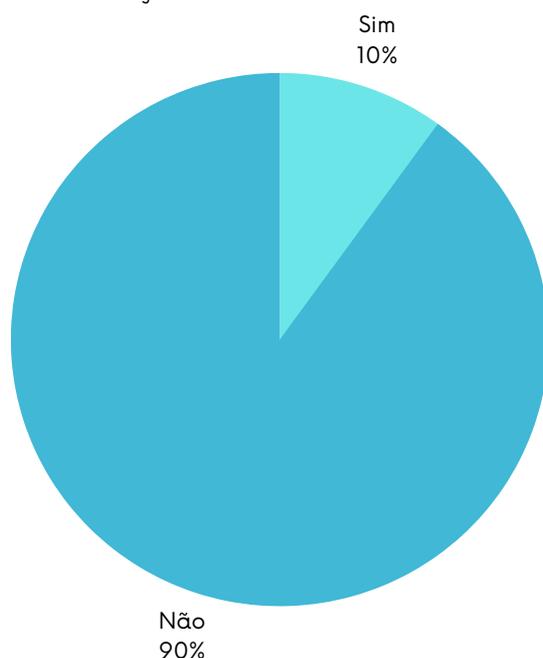
Imagem 05 e 06: Publicações do Observatório de Favelas



O alunato de RI da PUC-Rio entende o que é GCD?

Com o objetivo de compreender melhor como o alunato do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) se insere no debate acerca da Geração Cidadã de Dados, a presente pesquisa circulou nos canais oficiais de comunicação da graduação um formulário digital. A partir das respostas, dadas por alunos que estão desde o primeiro período até os que estão no oitavo, prestes a se formar, é possível mapear uma possível tendência de que não há um entendimento claro do que seria a abordagem da GCD por parte dos alunos de graduação. Esse survey serve como uma impressão do cenário geral, mas não nos dão uma resposta fixa, nem se propõe a isso.

Dito isto, o gráfico abaixo representa a resposta dada para a pergunta "Você entende o que é Geração Cidadã de Dados?" pela mostra atingida pelo formulário:



Fonte: Elaboração própria

Além da pergunta acima, os alunos foram questionados também acerca do que eles entendem pelo termo, bem como se conheciam organizações que operassem na lógica da Geração Cidadã de Dados. Ambas as perguntas também demonstraram um entendimento global do alunato abaixo do esperado, apesar de algumas descrições da prática estarem próximas de como a conceituamos neste guia. Ainda assim, a grande maioria não soube

definir o termo. Das organizações contempladas aqui, somente o data_labe e o LabJaca foram citados - organizações que usam oficialmente o termo "geração cidadã de dados".

Com os resultados obtidos neste survey, entendemos que a tendência observada diz muito sobre a necessidade de uma maior intersecção não dos alunos de RI com a Geração Cidadã de Dados, como também pelo próprio campo das Relações Internacionais. Nossa hipótese é que o desconhecimento do alunado parte muito do fato de que pouco se discute sobre GCD na disciplina.

A partir dessa pesquisa e da análise das respostas obtidas, pode-se afirmar que é necessário que a abordagem seja introduzida de forma mais direta aos alunos de graduação. Seminários e palestras - atividades mais rotineiras da vida acadêmica - são bem-vindos, mas é necessário investir em atividades de extensão de incidência social que fortaleçam o vínculo dos alunos, da universidade e das organizações supracitadas. Isso se faz fundamental uma vez que a GCD se apresenta como uma importante ponte e meio de troca de conhecimentos entre a academia e a comunidade, sendo esta uma pesquisa com capacidade de transformação social.

Imagem 07: Eventos e publicações do PET/TEPP IRI que envolveram a participação das organizações listadas neste Guia, exemplos de boas formas de integrar a academia com a GCD.

9:30 - 10:30 | Mesa de Abertura | A Importância de se Pensar a Política de Dados Através da Participação Social;
Data_Labe
Visão Coop
Mediação = Aicha Júlia

10:30 - 12:30 | Painel 1 | Narrativas de Violência: Um Dilema entre Direitos Humanos e a Produção de Dados;
Daniel Octaviano [Observatório de Favelas]
Carlos Nhangá [Fogo Cruzado]
Mediação = Beatriz Fernandes

9:00 - 9:30 | ABERTURA:
A IMPORTÂNCIA DE SE PENSAR EM RACISMO AMBIENTAL A PARTIR DO SUL GLOBAL
Mariana de Paula - LabJaca
Mediação: Uliana Teixeira

9:30 - 11:30 | PAINEL 1:
CONSTRUINDO CIDADES SUSTENTÁVEIS CONTRA O RACISMO AMBIENTAL
Ruth Osório - Projeto CocôZap
Marcele Oliveira - Agenda Realengo 2030
Mediação: Renan Canellas

DESBRAVANDO O SANEAMENTO BÁSICO NO RIO DE JANEIRO: GOVERNANÇA, ATORES E JUSTIÇA.

O presente documento nasceu de uma parceria entre o Programa de Educação Tutorial (PET) do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio com o Cocôzap e data_labe.

O objetivo desta parceria era de aproximar a Academia do Ativismo a partir do compartilhamento de conhecimentos e experiências entre ambos. Desta maneira, o último semestre foi marcado por encontros, pesquisas e vivências compartilhadas entre os bolsistas do programa e o integrantes do Cocôzap.

Os folhetos a seguir foram feitos pelos bolsistas Bernardo Beiriz, Daniel Lannes e Maria Clara Mendes.

IRI Instituto de Relações Internacionais
PET
COCÔ ZAP

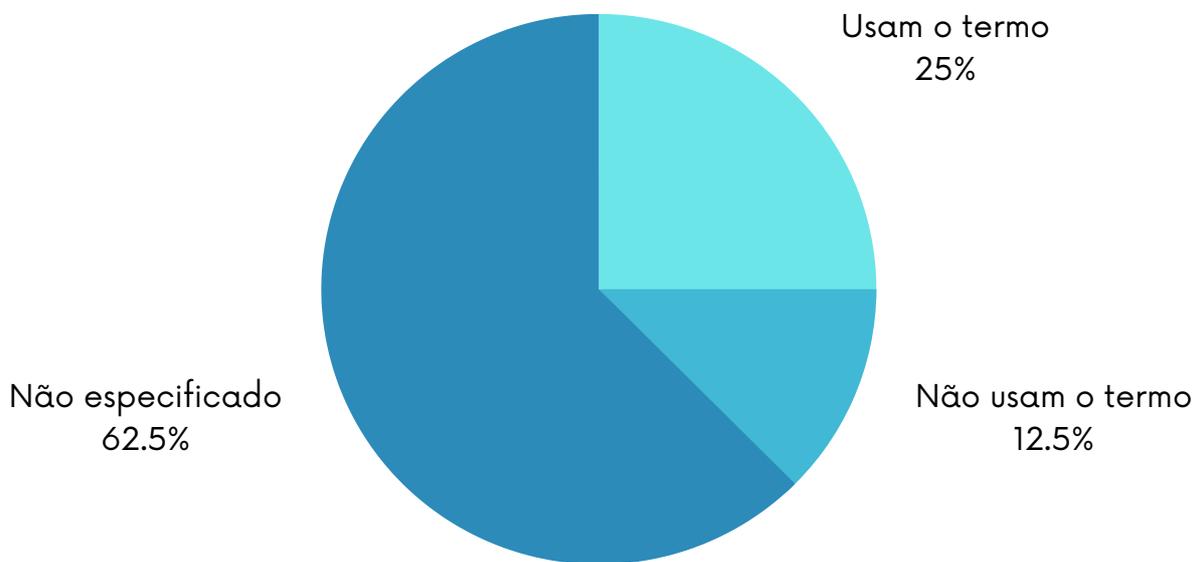
Conclusão

O Guia da Geração Cidadã de Dados no Rio de Janeiro apresenta as principais contribuições de organizações situadas na região metropolitana do estado que trabalham com a GCD ou metodologia correlatas.

Durante o projeto, nos atentamos em definir e teorizar sobre o papel da Geração Cidadã de Dados, bem como discutir acerca dos principais conceitos adjacentes à GCD, no objetivo de contribuir para o entendimento do termo em si e do contexto em que ele está inserido. Tendo em vista esses dois componentes - o entendimento acerca dos conceitos e o contexto em que eles estão inseridos - tentou-se expor uma dupla movimentação: de que forma o uso ou não do conceito GCD tem influência nas práticas das organizações que se propõem a atuar, de maneira geral, ao longo das linhas preconizadas pelo próprio conceito, e de que forma o contexto em que essas organizações já atuam têm impacto no que essas organizações se propõem a fazer, a despeito do uso explícito do conceito. Nesse sentido, a dificuldade deste guia foi, justamente, entender se ambos os elementos supracitados existem de maneira complementar, ou se existem em contradição; ou seja, existem algumas formas possíveis de se perceber a relação entre esses elementos.

O primeiro conjunto de possibilidades busca entender se o uso do conceito GCD explicitado por estas organizações possui um papel maior nas metodologias desenvolvidas por elas, ou se o contexto para que essas organizações visam solucionar demanda que elas utilizem certas metodologias a despeito do conhecimento, ou uso, do conceito GCD - mesmo que essas metodologias tenham contornos similares ao que GCD supõe em sua definição. O segundo busca entender se o contexto e o uso deliberado do conceito GCD pelas organizações citadas possuem igual impacto nas metodologias desenvolvidas e na forma com que atuam. É claro que não se está aqui inferindo, ou supondo, que se há o conceito GCD não há contexto e vice-versa, pois GCD não é um conceito abstrato, desassociado da realidade. O ponto é justamente perceber se a incorporação deliberada do conceito de GCD possui um impacto especial na maneira com que essas organizações atuam e desenvolvem suas metodologias de coleta, monitoramento e geração de dados.

Além disso, ao mapear as organizações que usam essa metodologia - ou metodologias similares - fomos capazes de demonstrar empiricamente como esta funciona na prática. Dividimos as organizações em duas seções, uma que apresenta as que usam a Geração Cidadã de Dados como metodologia oficial, e uma que discorre sobre as que não nomeiam suas metodologias ou trabalham com metodologias que muito se aproximam do escopo da GCD. Como resultado desse processo, constatamos que 40% das organizações usam Geração Cidadã de Dados, 10% não usa o termo GCD e sim "Produção Cidadã de Dados", e 50% não usa nenhum termo em específico. O gráfico abaixo sumariza esse achado:



Fonte: Elaboração própria

Ao longo do trabalho é possível entender a importância das instituições que utilizam a metodologia de GCD, mesmo que não usem a nomenclatura em si, para diagnosticar problemas, verificar informações, fiscalizar e encontrar possíveis soluções para questões que não são contempladas pelo Estado. A pluralidade e a representatividade expressas na GCD abrem caminhos para uma sociedade mais democrática, participativa e integrada. Nesse sentido, a participação social para a coleta de dados, assim como para a construção de narrativas, são de extrema importância para dar voz a grupos historicamente marginalizados e a questões urgentes para essas pessoas.

Não obstante, entendemos que mais do que um conceito, GCD é uma prática. Usar o termo GCD ajuda a identificar mais rápido e entender de forma mais clara a metodologia das organizações. No entanto, não podemos

desqualificar como uma geração cidadã de dados a ação de organizações que não se apoiam no termo, mas que ainda assim contam com a participação social e o engajamento ativo da população para gerar seus dados e pautar os temas urgentes de suas localidades.

O projeto contou ainda com a colaboração do alunato de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro com o objetivo de mapear o entendimento dos alunos acerca da GCD. O resultado do questionário foi fundamental para compreendermos o nível de conhecimento dos alunos sobre o tema. Em função disto, o resultado nos fez refletir em relação à importância de incluir o tema da GCD com destaque dentro dos estudos das Relações Internacionais, principalmente no que se refere aos estudos do Sul global.

Desta forma, compreendemos a importância de projetos de extensão que colaborem ativamente com essas organizações, para que a academia não permaneça distante da produção de conhecimento local e de metodologia cidadã.

Além disso, é essencial o apoio e a participação da sociedade civil para a Geração Cidadã de Dados, pois ela, em sua essência, depende da colaboração social. Nesse sentido, é dever de todos trabalhar divulgando, apoiando e contribuindo com essas organizações, visando o bem-estar das pessoas, uma maior democratização dos dados e uma maior participação social.

REFERÊNCIAS

CESEC. Movimentos: Drogas, Juventude e Favela. Disponível em: [#Movimentos: Drogas, Juventude e Favela – CESEC \(cesecseguranca.com.br\)](https://cesecseguranca.com.br/#Movimentos:Drogas,JuventudeeFavela). Acesso em: 12 de novembro de 2022.

CHOOSING AND ENGAGING WITH CITIZEN GENERATED DATA. 2018. Disponível em: https://www.data4sdgs.org/sites/default/files/services_files/Choosing%20and%20Engaging%20with%20CGD_The%20Guide_0.pdf. Acesso em: 13 de novembro de 2022.

COLETIVO PAPO RETO. Nossa História. Disponível em: [NOSSA HISTÓRIA | Mysite \(coletivopaporeto.org\)](https://coletivopaporeto.org). Acesso em: 13 de novembro de 2022.

DA SILVA FERREIRA, Sérgio Rodrigo. O que é (ou o que estamos chamando de) 'Colonialismo de Dados'? PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM, v. 5, n. 10, 2021.

DATA LABE. Sobre. Disponível em: [Sobre - Data Labe](#). Acesso em: 22 de novembro de 2022.

FOGO CRUZADO. Sobre. Disponível em: [Sobre - Fogo Cruzado](#). Acesso em: 08 de fevereiro de 2023.

GANDRA, Alana. Jovens de favelas lançam movimento e cartilha sobre política de drogas. Agência Brasil, 2 de set de 2017. Disponível em: [Jovens de favelas lançam movimento e cartilha sobre política de drogas | Agência Brasil \(ebc.com.br\)](#). Acesso em: 12 de novembro de 2022.

VIJAYAKUMAR, Charu. **The 2030 Agenda's Data Challenge**: Approaches to Alternative and Digital Collection and Use. Eschborn: Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, 2020.

GRAY, Jonathan; GERLITZ, Carolin; BOUNEGRU, Liliana. Data infrastructure literacy. **Big Data & Society**, July–December 2018, p. 1–13.

Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial. Boletim Femicídios e a Violência do Estado na Baixada Fluminense. DMJR, 2020. Disponível em: <<https://dmjracial.com/wp-content/uploads/2022/03/Boletim-Femicidios-2022-8-1.pdf>>. Acesso em 13 de novembro de 2022.

Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial. Guerra aos Pretos – Relatório sobre Drogas e Armas na Baixada Fluminense.. DMJR, 2020. Disponível em: <https://dmjracial.com/wp-content/uploads/2022/09/Report-Drogas-e-Armas_Final-3-1.pdf>. Acesso em 13 de novembro de 2022.

Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial. Quem Somos. DMJR, 202. Disponível em: <<https://dmjracial.com/quem-somos/>>. Acesso em 13 de novembro de 2022.

JANKOWICZ, N. Abandonar o Facebook é mais fácil para países ricos. Folha de S. Paulo, São Paulo, 18 maio 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/05/abandonar-o-facebook-e-mais-facil-para-paises-ricos.shtml>. Acesso em: 15 set. 2022.

JUNCURT 2022 <https://www.iisd.org/articles/insight/citizen-generated-data-people>

LabJaca. A história do LabJaca. LabJaca, 2022. Disponível em: <<https://www.labjaca.com/sobre>>. Acesso em 10 de novembro de 2022.

LabJaca. Boletim: Dengue no Jacarezinho 2022. LabJaca, 2022. Disponível em: <<https://www.labjaca.com/posts/boletim-dengue-no-jacarezinho-2022>>. Acesso em 10 de novembro de 2022.

LÄMMERHIT, Danny et al.. Advancing sustainability together? Citizen-generated data and the Sustainable Development Goals. 2018, Disponível em: <<https://www.data4sdgs.org/resources/advancing-sustainability-together-citizen-generated-data-and-sustainable-development>>. Acesso em 14 de novembro de 2022.

LEMOS, André. Dataficação da vida. Dossiê: Digitalização e Dataficação da vida: Pervasividade, ubiquidade e hibridismos contemporâneos. Civitas, Revista de Ciências Sociais, 21 (2): p. 194-202, maio-agosto de 2021.

Movimentos - Drogas, Juventude e Favela. Dicionário de Favelas Marielle Franco, WikiFavelas, 2020. Disponível em: [Movimentos - Drogas, Juventude e Favela - Dicionário de Favelas Marielle Franco \(wiki.favelas.com.br\)](https://wiki.favelas.com.br/movimentos-drogas-juventude-e-favela). Acesso em: 13 de novembro de 2022.

MOVIMENTOS: DROGAS, JUVENTUDE E FAVELA. Cartilha sobre políticas de drogas. Disponível em: [cartilhaMovimentos9.pdf \(vozesdascomunidades.org\)](https://vozesdascomunidades.org.br/cartilhaMovimentos9.pdf). Acesso em: 12 de novembro de 2022.

Papo na Laje. Papo na Laje: Mobilidade na Baixada. Brasil de Fato e TV Comunitária do Rio de Janeiro. Youtube, 2022. (27 min). Disponível em: [106\). #22 Papo na Laje: Mobilidade na Baixada. TEMPORADA #2. - YouTube](https://www.youtube.com/watch?v=106_#22). Acesso em: 07 de fevereiro de 2022.

Papo Reto. O coletivo. Dicionário de Favelas Marielle Franco, WikiFavelas, 2020. Disponível em: [Papo-Reto \(coletivo\) - Dicionário de Favelas Marielle Franco \(wikifavelas.com.br\)](https://wikifavelas.com.br/papo-reto-coletivo). Acesso em: 13 de novembro de 2022.

Redes da Maré. **Censo Populacional da Maré**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019. Disponível em https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MAI.pdf>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

Redes da Maré. **Quem somos**. Disponível em <https://www.redesdamare.org.br/br/quemsomos/apresentacao>>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

Rede de Observatórios da Segurança. **Sobre Nós: A Rede**. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/sobre-nos/a-rede/> Acesso em 22 de novembro de 2022.

Rede de Observatórios da Segurança. **Sobre Nós: Metodologia**. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/sobre-nos/metodologia/> Acesso em 22 de novembro de 2022.

Movimentos - Drogas, Juventude e Favela. Dicionário de Favelas Marielle ROSÁRIO, Mariana; LIMA, Ludmilla de. De alfabetização digital a TV Pelourinho: soluções para problemas do país também vem da periferia. O Globo, agosto de 2022. Disponível em: [De alfabetização digital a TV Pelourinho: soluções para problemas do país também vêm das periferias | Brasil | O Globo](#). Acesso em: 07 de fevereiro de 2023.

SEGATA, Jean e RIFIOTIS, Theophilos. Digitalização e dataficação da vida, CIVITAS, 21 (2): 186-192, maio-ago. 2021.

SOUZA, Bruno ; NASCIMENTO, Thiago. Como Anda a Luz no Jacarezinho? LabJaca, 2021. Disponível em: <<https://www.labjaca.com/posts/como-anda-a-luz-no-jacarezinho>>. Acesso em 09 de novembro de 2022.

WITNESS. Disponível em: [Witness Brasil | Witness Brasil](#). Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância. Intrínseca; 1ª edição, 2021.

SOBRE OS AUTORES

Débora Rodrigues do Amaral Silva

Aluna de Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - Rio). Bolsista de iniciação científica no Programa de Educação Tutorial (PET) do IRI. Monitora e coordenadora do setor acadêmico do Centro Acadêmico de Relações Internacionais (CARI) da PUC-Rio. Possui interesse em estudos sobre guerra, forças paramilitares, movimentos sociais, mediação de conflitos, abordagens feministas e meio ambiente.

Renan Guimarães Canellas de Oliveira

Aluno de graduação do curso de Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Atualmente é bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) e monitor na mesma instituição. Possui interesse em Estudos Asiáticos (com ênfase em Relações China-América Latina, Relações Intercoreanas e Índia Contemporânea), Nacionalismos e Identidades Nacionais, Teologia Política, Abordagens Pós-Coloniais e Decoloniais.

Rubens Americano Alves de Brito Araujo

Aluno de graduação do curso de Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Atualmente é bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET). Possui interesse em Ordem Internacional, Política Internacional, Segurança Internacional, Economia Política Internacional e Direito Internacional Público.

Uliana Teixeira Dias Costa

Aluna de graduação do curso de Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Atualmente é bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET). Possui interesse em estudos sobre mediações de conflitos, segurança alimentar, comércio exterior e estudos feministas.

Mais informações:

www.pet-iri.com.

Tel.: 3527-1557.

Rua Marquês de São Vicente, 225
Vila dos Diretórios, Casa 20, Gávea
Rio de Janeiro – RJ, Brasil
CEP: 22451-900



Guia da Geração Cidadã de Dados
no Rio de Janeiro